

SUMÁRIO

1	O QUE É RELATÓRIO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL (RAG).....	3
2	METODOLOGIA DE CONSTRUÇÃO DO RAG	4
3	LISTA DE RESPONSÁVEIS POR AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	8
4	RELATÓRIO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL 2021 DO PJMT	9
	UO 03101 - PROGRAMA 036 – APOIO ADMINISTRATIVO	10
	UO 03101 - PROGRAMA 996 – OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTRAS	10
	UO 03101 - PROGRAMA 997 – PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS	11
	UO 03601 - PROGRAMA 036 – APOIO ADMINISTRATIVO	12
	UO 03601 - PROGRAMA 996 – OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTRAS	12
	UO 03601 - PROGRAMA 399 – APRIMORAMENTO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	13
	UO 03601 - PROGRAMA 400 – GESTÃO ESTRATÉGICA COM PESSOAS	16
	UO 03601 - PROGRAMA 401 – GOVERNANÇA E GESTÃO PARA RESULTADOS	18
	UO 03601 - PROGRAMA 529 – APRIMORAMENTO E SUPORTE DA GESTÃO ORGANIZACIONAL ..	21

1. O QUE É RELATÓRIO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL (RAG)

O Relatório da Ação Governamental – RAG é uma avaliação do desempenho dos programas e das ações (Projetos/Atividades/Operações Especiais – PAOE) estruturados no Plano Plurianual – PPA 2020-2023 (planejamento de médio prazo) e operacionalizados anualmente através das Leis Orçamentárias Anuais – LOAs (planejamento de curto prazo).

A avaliação anual é parte fundamental do modelo de gestão do PPA e tem como objetivo contribuir para o alcance dos resultados inicialmente previstos nos programas, por meio do aperfeiçoamento contínuo da gestão desses programas e da alocação de recursos no orçamento do Estado, de modo a aprimorar a qualidade do gasto público.

O RAG fornece dados e informações úteis para a tomada de decisão, os quais poderão ser utilizados pela Administração do Poder Judiciário de Mato Grosso como parte integrante da gestão de seus programas, com vistas à obtenção de melhores resultados e melhoria da alocação dos recursos.

Dessa forma, é de fundamental importância a qualidade da informação prestada, de modo que proporcione à sociedade um entendimento claro e objetivo da implementação da política de gestão do PJMT e da execução dos programas, assegurando o princípio da transparência na Administração Pública. Esta é a oportunidade para demonstrar como os recursos foram aplicados e quais os produtos e serviços foram disponibilizados para os cidadãos mato-grossenses.

2. METODOLOGIA DE CONSTRUÇÃO DO RAG

2.1. Análise qualitativa e quantitativa

A elaboração do RAG 2021 é realizada através de análises e avaliações dos programas e ações orçamentárias. O método compõe análises quantitativas e qualitativas.

Na **análise quantitativa**, através dos dados numéricos são interpretados os valores demonstrados no exercício, de maneira a obter um diagnóstico preciso com o conjunto de informações.

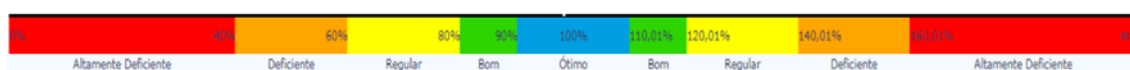
A **análise qualitativa** permite explicar as razões dos fatos ocorridos sem, contudo, quantificar os valores, pois os dados analisados não são numéricos, valendo-se de diferentes abordagens. Prioriza descrever e explicar com precisão a relação entre a situação global e os fatos específicos ocorridos no programa e nas ações, na busca de resultados mais fidedignos possíveis, ou seja, fazer a contextualização dos dados analisados.

2.2. Régua de Parâmetros

Com base em metodologia desenvolvida pela Associação Brasileira de Orçamento Público – ABOP, busca-se avaliar a eficiência e eficácia dos resultados finais da despesa orçamentária/financeira e da meta física.

O RAG utiliza a régua a seguir para enquadramento do desempenho alcançado pelo órgão/entidade na sua realização/execução da meta física, financeira e orçamentária, sendo os parâmetros sugeridos pela régua da ABOP, aumentados em quatro vezes. Essa escala foi implementada com a finalidade de que sejam medidos todos os resultados alcançados pelos programas e ações, com vistas à manutenção de um padrão de registros da evolução da gestão.

RÉGUA DE PARÂMETROS



A régua traz os seguintes parâmetros para medir o grau de desempenho alcançado na realização/execução do planejamento do órgão:

- Será indicado como **ÓTIMO** atingir a faixa de **90,01% a 110%**;
- Será indicado como **BOM** atingir a faixa entre **80,01% e 90%**, ou ainda, a faixa entre **110,01% e 120%**;
- Será indicado como **REGULAR** atingir a faixa entre **60,01% e 80%**, ou ainda, a faixa entre **120,01% e 140%**;
- Será indicado como **DEFICIENTE** atingir a faixa entre **40,01% e 60%**, ou ainda, a faixa entre **140,01% e 160%**;
- Será indicado como **ALTAMENTE DEFICIENTE** atingir a faixa entre **0% e 40%**, ou ainda, **acima de 160%**.

Portanto, quanto mais próximo dos 100%, melhor será o desempenho alcançado, e quando mais distante, pior o desempenho.

2.3. Fluxo de Elaboração do RAG:

De acordo com o Ofício nº 768/2021/GAB/SEPLAG/MT da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, a partir o exercício de 2021, cada Poder (Executivo, Legislativo e Judiciário) elaborará o relatório de avaliação de resultados referente aos programas sob sua responsabilidade e fará o encaminhamento aos órgãos de controle interno e externo, conforme estabelecido pelos parágrafos 2º e 4º da Lei nº 11.241, de 04/11/2020 (LDO 2021).

Em cumprimento a essa determinação do Governo do Estado foi elaborado fluxo interno para a elaboração do Relatório da Ação Governamental (RAG 2021) encaminhando-o para o Controle Interno, que realiza parecer a ser apreciado pela Presidência do PJMT e submetido ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) e à Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT).

2.4. Etapas de análise do RAG:

A elaboração do Relatório da Ação Governamental (RAG 2021) do Poder Judiciário de Mato Grosso foi dividida em quatro etapas que contemplam a análise quantitativa e qualitativa do orçamento. Essas duas etapas são construídas para a análise das Ações/PAOEs e os Programas Orçamentários.

2.4.1. 1ª Etapa: Análise da Meta Física.

A meta física é a quantidade que se deseja entregar de determinado produto (bem ou serviço), em consonância com os recursos alocados na respectiva ação. Para que a quantificação seja de fácil monitoramento, deve-se associar ao produto uma unidade de medida adequada à sua natureza. A meta física foi estabelecida no período de elaboração do Plano Plurianual (PPA 2020-2023) e segue a régua de parâmetros, estabelecida Associação Brasileira de Orçamento Público – ABOP, para análise do desempenho das Ações Orçamentárias.

Quando a meta física foi alcançada **exatamente** como planejado a régua de parâmetros identifica que a meta está no seu **nível ótimo (100%)**. Caso a meta ficou abaixo ou acima do planejado, a metodologia entende que a meta se afasta do seu nível ótimo, chegando a ter, nos casos extremos, um desempenho altamente deficiente, considerando o afastamento do valor planejado.

2.4.2. 2ª Etapa: Análise Orçamentária.

Nessa etapa também se utiliza a régua de parâmetros para a análise de desempenho, no entanto, dessa vez a análise é orçamentária, visando o planejamento e a execução do orçamento. Será analisado a Capacidade de Planejar, através do indicador de Planejamento e Programação da Despesa (PPD) e a Capacidade de Executar, através do indicador de Capacidade Operacional Financeira da Despesa (COFD).

Importante trazer, para essa análise, alguns conceitos básicos do orçamento:

- **Dotação Inicial:** apresenta os valores orçados previstos na LOA/PTA, relativos a cada fonte orçamentária;
- **Dotação Final:** apresenta a dotação orçamentária ajustada após os créditos orçamentários realizados durante o exercício financeiro em análise;
- **Valor empenhado:** apresenta o valor do orçamento comprometido com os credores dos órgãos para liquidação dos compromissos assumidos.

Após a breve conceituação devemos nos ater a análise dos indicadores, conforme segue:

PPD – Planejamento e Programação da Despesa (Capacidade de Planejar): através desse indicador o órgão consegue verificar se o responsável pela Ação está conseguindo realizar uma efetiva projeção das despesas, ou seja, se a previsão orçamentária apresentada no PTA foi realizada corretamente. Quanto mais próximo o valor empenhado está da dotação inicial do orçamento daquela Ação ou Programa Orçamentário melhor o índice apresentado na régua de parâmetros. Quanto mais distante (a maior ou a menor) o valor empenhado está em relação a dotação inicial pior será o resultado do índice; sendo que o nível ótimo com indicador de 100% só ocorre quando o valor empenhado é igual a dotação inicial.

A fórmula desse indicador é:

$$\text{PPD} = \text{Valor empenhado/Dotação Inicial}$$

COFD – Capacidade Operacional Financeira da Despesa (Capacidade de Executar): através do resultado do COFD podemos verificar o quanto as áreas estão executando os recursos orçados, ou seja, como está a capacidade do órgão quanto à sua gestão financeira. Quanto mais próximo o valor empenhado está da dotação final do orçamento daquela Ação ou Programa Orçamentário melhor o índice apresentado na régua de parâmetros. Quanto mais distante (a maior ou a menor) o valor empenhado está em relação a dotação final pior será o resultado do índice; sendo que o nível ótimo com indicador de 100% só ocorre quando o valor empenhado é igual a dotação final.

A fórmula desse indicador é:

$$\text{COFD} = \text{Valor empenhado/Dotação Final}$$

LISTA DE RESPONSÁVEIS POR AÇÕES

UO 03.101 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA	
AÇÃO	RESPONSÁVEL
PROGRAMA 036 - APOIO ADMINISTRATIVO	
2007 - Manutenção de serviços administrativos gerais	Bruna Thaisa Dias Penachioni Ivoglo
2008 - Remuneração de pessoal ativo do Estado e encargos sociais	Karine de Moraes Giacomeli Lima
4491 - Pagamento de verbas indenizatórias a servidores estaduais	Karine de Moraes Giacomeli Lima
PROGRAMA 996 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTRAS	
8002 - Recolhimento do PIS-PASEP e pagamento do abono	Elen Regina Augusta Prado Radi
8010 - Indenizações e restituições	Salma Catarina Barbatto Paiva
PROGRAMA 997 - PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DO ESTADO	
8001 - Pagamento de aposentadorias e pensões - servidores civis	Karine de Moraes Giacomeli Lima
8040 - Recolhimento de encargos e obrigações previdenciárias de inativos e pensionistas	Karine de Moraes Giacomeli Lima
UO 03.601 - FUNAJURIS	
AÇÃO	RESPONSÁVEL
PROGRAMA 036 - APOIO ADMINISTRATIVO	
2005 - Manutenção e conservação de bens imóveis	Roberto Cyriaco da Silva
2006 - Manutenção de serviços de transportes	Roberto Cyriaco da Silva
2007 - Manutenção de serviços administrativos gerais	Bruna Thaisa Dias Penachioni Ivoglo
2010 - Manutenção de órgãos colegiados	Salma Catarina Barbatto Paiva
4491 - Pagamento de verbas indenizatórias a servidores estaduais	Karine de Moraes Giacomeli Lima
2009 - Manutenção de ações de informática	Thomás Augusto Caetano
2014 - Publicidade institucional e propaganda	Mariane Aparecida Leite de Oliveira Weissheimer
PROGRAMA 399 - APRIMORAMENTO DA PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL	
1436 - Aprimoramento da prestação jurisdiccional nos juizados	Luis Aparecido Bortolussi Junior
1437 - Instalação dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania	Cristiane Padim da Silva
3234 - Aprimoramento da prestação jurisdiccional no 1º grau de jurisdição	Flávio de Paiva Pinto
3235 - Aprimoramento da prestação jurisdiccional no 2º grau de jurisdição	Bruno Jose Fernandes da Silva
3236 - Aprimoramento da Justiça da Infância e da Juventude	Tulio Dualibi Alves Souza
PROGRAMA 400 - GESTÃO ESTRATÉGICA COM PESSOAS	
2237 - Valorização de magistrados e servidores do poder judiciário - Bem Viver	Karine de Moraes Giacomeli Lima
3239 - Implementação da gestão estratégica com pessoas	Karine de Moraes Giacomeli Lima
4071 - Capacitação permanente de magistrados da 1ª e 2ª instância - ESMAGIS	Frederico Mauro Venega Cosso
4072 - Capacitação permanente de servidores da 1ª e 2ª instância - ESCOLA DOS SERVIDORES	Andrea Marcondes Alves Sousa
PROGRAMA 401 - GOVERNANÇA E GESTÃO PARA RESULTADOS	
3240 - Transformação e melhoria dos processos de trabalho	Afonso Vitorino Maciel
3241 - Transformação da Governança	Afonso Vitorino Maciel
3242 - Reestruturação da Arquitetura Organizacional	Paulo Márcio Soares de Carvalho
PROGRAMA 529 - APRIMORAMENTO E SUPORTE DA GESTÃO ORGANIZACIONAL	
1506 - Ampliação das ações de sustentabilidade	Edleuza Zorgetti Monteiro da Silva
3233 - Inovação Tecnológica	Thomás Augusto Caetano
3237 - Melhoria nas edificações	Roberto Cyriaco da Silva
PROGRAMA 996 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTRAS	
8002 - Recolhimento do PIS-PASEP e pagamento do abono	Elen Regina Augusta Prado Radi
8010 - Indenizações e restituições	Elen Regina Augusta Prado Radi

**RELATÓRIO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL
EXERCÍCIO 2021
PODER JUDICIÁRIO DE MT**

UO 03.101 – TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PROGRAMA 036 Apoio Administrativo

Programa de Manutenção

PROGRAMA	PRODUTO	Meta Física	Resultado	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Empenhada	PPD	COFD
036 - Apoio Administrativo	Ação Mantida	100%	100%	R\$ 1.179.630.047,00	R\$ 1.172.428.047,00	R\$ 1.065.982.568,69	90%	91%
AÇÃO	PRODUTO	Meta Física	Resultado	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Empenhada	PPD	COFD
2007 - Manutenção de serviços administrativos gerais	Ação Mantida	100%	100%	R\$ 32.545.000,00	R\$ 22.503.000,00	R\$ 17.458.582,63	54%	78%
2008 - Remuneração de pessoal ativo do Estado e encargos sociais	Ação Mantida	100%	100%	R\$ 918.184.695,00	R\$ 925.324.695,00	R\$ 853.135.508,06	93%	92%
4491 - Pagamento de verbas indenizatórias a servidores estaduais	Ação Mantida	100%	100%	R\$ 228.900.352,00	R\$ 224.600.352,00	R\$ 195.388.478,00	85%	87%

PPD – Programa 036 – Apoio Administrativo

90%



COFD – Programa 036 – Apoio Administrativo

91%



PROGRAMA 996 Operações especiais: outras

Programa de Manutenção

PROGRAMA	PRODUTO	Meta Física	Resultado	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Empenhada	PPD	COFD
996 - Operações especiais: outras	Ação Mantida	100%	100%	R\$ 1.107.532,00	R\$ 1.149.532,00	R\$ 89.163,78	8%	8%
AÇÃO	PRODUTO	Meta Física	Resultado	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Empenhada	PPD	COFD
8002 - Recolhimento do PIS-PASEP e pagamento do abono	Ação Mantida	100%	100%	R\$ 47.352,00	R\$ 89.532,00	R\$ 89.163,78	188%	100%
8010 - Indenizações e restituições	Ação Mantida	100%	100%	R\$ 1.060.000,00	R\$ 1.060.000,00	R\$ -	0%	0%

PPD – Programa 996 – Operações especiais: outras

8%



COFD – Programa 996 – Operações especiais: outras

8%



PROGRAMA 997

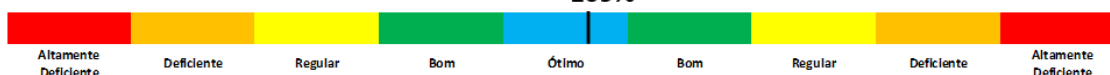
Previdência de inativos e pensionistas do Estado

Programa de Manutenção

PROGRAMA	PRODUTO	Meta Física	Resultado	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Empenhada	PPD	COFD
997 - Previdência de inativos e pensionistas do Estado	Ação Mantida	100%	100%	R\$ 256.513.651,00	R\$ 293.673.651,00	R\$ 279.897.465,54	109%	95%
AÇÃO	PRODUTO	Meta Física	Resultado	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Empenhada	PPD	COFD
8001 - Pagamento de aposentadorias e pensões - servidores civis	Ação Mantida	100%	100%	R\$ 229.159.151,00	R\$ 253.859.151,00	R\$ 242.475.630,28	106%	96%
8040 - Recolhimento de encargos e obrigações previdenciárias de inativos e pensionistas	Ação Mantida	100%	100%	R\$ 27.354.500,00	R\$ 39.814.500,00	R\$ 37.421.835,26	137%	94%

PPD – Programa 997 – Previdência de inativos e pensionistas

109%



COFD – Programa 997 – Previdência de inativos e pensionistas

95%



UO 03.101 – Tribunal de Justiça

Atividades Realizadas – Programas de Manutenção

- Pagamento de subsídio de magistrados e servidores;
- Pagamento de verbas indenizatórias para magistrados e servidores;
- Pagamento de aposentadorias e pensões de magistrados e servidores;
- Recolhimento de encargos e obrigações previdenciárias de inativos e pensionistas;
- Pagamento de contratos continuados (estagiários, serviço de postagem);
- Pagamento do PIS/PASEP;

UO 03.601 – FUNAJURIS

PROGRAMA 036 Apoio Administrativo

Programa de Manutenção

PROGRAMA	PRODUTO	Meta Física	Resultado	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Empenhada	PPD	COFD
036 - Apoio Administrativo	Ação Mantida	100%	100%	203.992.021,00	255.072.021,00	232.732.992,01	114%	91%
AÇÃO	PRODUTO	Meta Física	Resultado	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Empenhada	PPD	COFD
2005 - Manutenção e conservação de bens imóveis	Ação Mantida	100%	100%	14.807.600,00	23.642.600,00	17.329.730,45	117%	73%
2006 - Manutenção de serviços de transportes	Ação Mantida	100%	100%	13.787.500,00	12.587.500,00	11.638.645,48	84%	92%
2007 - Manutenção de serviços administrativos gerais	Ação Mantida	100%	100%	101.015.521,00	101.975.521,00	91.586.012,19	91%	90%
2009 - Manutenção de ações de informática	Ação Mantida	100%	100%	65.677.000,00	108.162.000,00	104.151.755,36	159%	96%
2010 - Manutenção de órgãos colegiados	Ação Mantida	100%	100%	12.000,00	12.000,00	-	0%	0%
2014 - Publicidade institucional e propaganda	Ação Mantida	100%	100%	8.577.900,00	8.577.900,00	7.963.801,79	93%	93%
4491 - Pagamento de verbas indenizatórias a servidores estaduais	Ação Mantida	100%	100%	114.500,00	114.500,00	63.046,74	55%	55%

PPD – Programa 036 – Apoio Administrativo

114%



COFD – Programa 036 – Apoio Administrativo

91%



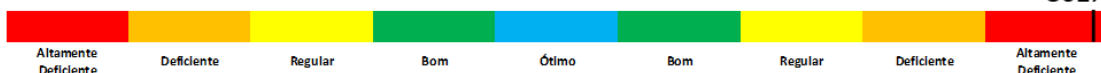
PROGRAMA 996 Operações especiais: outras

Programa de Manutenção

PROGRAMA	PRODUTO	Meta Física	Resultado	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Empenhada	PPD	COFD
996 - Operações especiais: outras	Ação Mantida	100%	100%	3.603.855,00	11.843.855,00	10.863.575,12	301%	92%
AÇÃO	PRODUTO	Meta Física	Resultado	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Empenhada	PPD	COFD
8002 - Recolhimento do PIS-PASEP e pagamento do abono	Ação Mantida	100%	100%	2.753.855,00	5.193.855,00	4.980.158,15	181%	96%
8010 - Indenizações e restituições	Ação Mantida	100%	100%	850.000,00	6.650.000,00	5.883.416,97	692%	88%

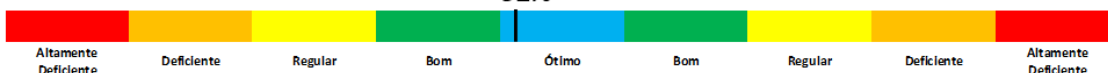
PPD – Programa 036 – Apoio Administrativo

301%



COFD – Programa 036 – Apoio Administrativo

92%



UO 03.601 – FUNAJURIS

Atividades Realizadas – Programas de Manutenção

- Manutenção Predial: realização de serviços de manutenção e conservação de prédios em cerca de 40 comarcas em todo o estado;
- Manutenção da logística de transportes: serviços de manutenção da frota de veículos próprios, além de pagamento de aluguéis de veículos e aquisição de combustível;
- Manutenção atividades administrativas gerais: pagamento de contratos continuados essenciais, serviços terceirizados, serviços gráficos, diárias, alimentação, compra de passagens aéreas e terrestres, recolhimento de contribuições patronais ao INSS;
- Manutenção ações de informática: aquisição de computadores, manutenção de sistemas, expansão da rede, manutenção de equipamentos, melhoria de ferramentas de BI, pagamento de contratos de manutenção e suporte à infraestrutura de TI, modernização da solução de e-mail, aquisição de sala segura, melhoria de ferramentas de trabalho remoto, melhorias sistema Pje (Processo Judicial Eletrônico);
- Comunicação: parcerias externas com apoio a campanhas de interesse social, atuação de divulgação e acompanhamento de campanhas, como a de combate à violência doméstica, projeto Verde Novo, medidas sanitárias de proteção e prevenção à COVID 19, julgamentos online via Youtube, mídias para rádio, TV e internet, acompanhamento de webnários e eventos presenciais;

PROGRAMA 399

Aprimoramento da prestação jurisdicional

Programa Finalístico

Responsável: Claudenice Deijany Farias de Costa

Objetivo: Implantar mecanismos inovadores e alinhados com as melhores práticas para aprimorar a prestação jurisdicional estadual, fomentando o aumento do índice de conciliação pré-processual e processual, assim como da redução do tempo médio de tramitação.

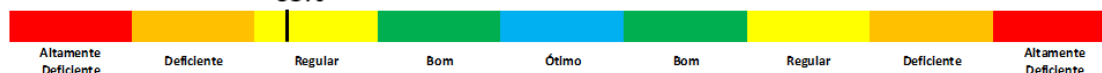
PROGRAMA	INDICADORES	Meta Física PPA (2023)	Meta Física (2021)	Resultado
399 - Aprimoramento da prestação jurisdicional	Taxa de Congestionamento Geral	62,43%	63,33%	63,97%
399 - Aprimoramento da prestação jurisdicional	Índice de Conciliação Pré-processual	87,00%	87,00%	62,92%
399 - Aprimoramento da prestação jurisdicional	Tempo médio de tramitação de processos pendentes	963	1077	1378

AÇÃO	PRODUTO	Meta Física PPA (2023)	Meta Física (2021)	Resultado
1436 - Aprimoramento da prestação jurisdicional nos juizados	Congestionamento reduzido	43,10%	43,90%	40,87%
1437 - Instalação dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania	Centro judiciário instalado	5	5	3
3234 - Aprimoramento da prestação jurisdicional no 1º grau de jurisdição	Congestionamento reduzido	63,10%	64,30%	65,63%
3234 - Aprimoramento da prestação jurisdicional no 1º grau de jurisdição	Tempo médio de tramitação dos processos pendentes	996	1104	1471
3234 - Aprimoramento da prestação jurisdicional no 1º grau de jurisdição	Índice de atendimento à demanda ampliado	125,3	124,9	111,82
3235 - Aprimoramento da prestação jurisdicional no 2º grau de jurisdição	Congestionamento reduzido	47,6%	48,56%	37,62%
3235 - Aprimoramento da prestação jurisdicional no 2º grau de jurisdição	Tempo médio de tramitação dos processos pendentes	178	220	265
3236 - Aprimoramento da Justiça da Infância e da Juventude	Congestionamento reduzido	60%	62,65%	56,11%

PROGRAMA	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Empenhada	PPD	COFD
399 - Aprimoramento da prestação jurisdicional	40.263.999,00	29.193.999,00	26.322.881,91	65%	90%
AÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Empenhada	PPD	COFD
1436 - Aprimoramento da prestação jurisdicional nos juizados	11.819.846,00	8.819.846,00	7.263.627,58	61%	82%
1437 - Instalação dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania	6.641.490,00	3.291.490,00	2.859.976,02	43%	87%
3234 - Aprimoramento da prestação jurisdicional no 1º grau de jurisdição	19.941.663,00	15.441.663,00	14.761.538,88	74%	96%
3235 - Aprimoramento da prestação jurisdicional no 2º grau de jurisdição	1.591.000,00	1.591.000,00	1.437.739,43	90%	90%
3236 - Aprimoramento da Justiça da Infância e da Juventude	270.000,00	50.000,00	-	0%	0%

PPD – Programa 399 – Aprimoramento da prestação jurisdicional

65%



COFD – Programa 399 – Aprimoramento da prestação jurisdicional

90%



ANÁLISE DA META FÍSICA

Com o intuito de aprimorar a prestação jurisdicional do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, foram estabelecidas metas voltadas à redução da taxa de congestionamento nos juizados, na justiça comum de 1º grau e no 2º grau, bem como melhoria dos índices de conciliação pré-processual e tempo médio dos processos pendentes.

No âmbito dos Juizados Especiais, as principais medidas adotadas visando ao aprimoramento da prestação jurisdicional foram prorrogação do funcionamento das duas Turmas Recursais Temporárias, por seis meses, contados a partir de 1º.7.2021, RESOLUÇÃO TJ-MT/OE n. 9, de 9.7.2021, a implantação do Projeto Juizado de Excelência, desenvolvido de forma conjunta pela Corregedoria-Geral da Justiça e o Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, tendo este como finalidade a uniformização de procedimentos, a capacitação de servidores e estagiários, uma melhor alocação dos recursos humanos, como instrumentos para aumentar a produtividade e, consequentemente, redução da taxa de congestionamento.

Outro fator contributivo para a redução da taxa foi a retomada dos trabalhos presenciais nas Comarcas e também pelo Juizado Especial Itinerante – JEI.

Apesar de o número de Juízes Leigos atuantes ter sido abaixo do número de vagas oferecidas, houve redução da taxa.

A Corregedoria-Geral da Justiça, como órgão de fiscalização, disciplina e orientação administrativa do 1º grau, adotou diversas medidas voltadas ao atingimento das metas físicas relacionadas à redução da Taxa de Congestionamento e do Tempo médio de tramitação dos processos pendentes, entre as quais merece destaque, as correções remotas e presenciais, os regimes de exceção, eventos conciliatórios, visitas em alguns Polos, com Equipe multidisciplinar, audiências públicas, implantação de núcleos da

Justiça 4.0 e do balcão virtual, além do desenvolvimento de funcionalidades para o monitoramento das metas do Conselho Nacional de Justiça e também de Painéis de “BI”. Além dessas ações, a Corregedoria-Geral da Justiça implantou protocolos de qualificação de dados, notas técnicas, promoveu melhorias nos fluxos do PJe, realizou *webinários* sobre temas relevantes nas matérias referentes a adoção, violência doméstica contra a mulher e sistema carcerário.

Embora as medidas já citadas reflitam na redução do tempo de tramitação processual, a Corregedoria-Geral da Justiça deu início ao desenvolvimento do centro de negócio da 1ª Instância, com o objetivo de obter melhores resultados para essa meta.

Assim como nos Juizados e na Justiça Comum, no âmbito da 2ª Instância a taxa de congestionamento alcançada foi satisfatória, uma vez que superou o que havia sido fixado. Isso aconteceu em razão da materialização dos projetos relacionados à Aplicação do modelo de trabalho do Centro de Inteligência; à implantação do Laboratório de Fluxo do PJe 2º Grau; à Virtualização dos processos físicos e à Auditoria e Aprimoramento da Ferramenta de “BI”.

No tocante ao indicador tempo médio de tramitação de processos pendentes, a exemplo da 1ª Instância, a 2ª Instância também não o atingiu, apesar da efetivação dos projetos já citados que contribuíram para a melhoria do índice.

Na Justiça da Infância e Juventude, a superação da meta estabelecida para a taxa de congestionamento ocorreu devido a implantação do PJe e a realização das audiências concentradas.

Por fim, em relação ao índice de conciliação pré-processual, o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos expandiu o CEJUSC Estadual Virtual, com a vinculação das Comarcas de Aripuanã e Brasnorte à estrutura original e, ainda, a criação do CEJUSC da Saúde.

ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA

A apuração regular (65%) do PPD no Poder Judiciário foi motivada por alterações necessárias do planejamento para a adequação da continuidade das atividades diante das imposições decorrentes da pandemia da COVID-19.

A redução no quantitativo de credenciados (Juízes Leigos, Conciliadores, Assistentes Sociais, Psicólogos), pela não realização de novos testes seletivos, e também a ausência da recomposição inflacionária da tabela aplicada no pagamento desses profissionais, além da não utilização de diárias, suspensão de campanhas presenciais, visitas técnicas, contratação de palestrantes, deslocamentos aéreos e terrestres, confecção de camisetas e descontinuidade dos serviços de degravação e redução do número de CEJUSCs instalados, foram determinantes na utilização regular dos recursos orçamentários e financeiros reservados.

Embora não executados todos os recursos orçados, o atingimento de ótimo desempenho do PJMT (90%) na COFD se deu em razão de **remanejamento** dos valores orçados e não utilizados, pela não realização de credenciamentos, pela não atualização da tabela aplicada ao pagamento de credenciados, não utilização de diárias, suspensão de

campanhas presenciais, visitas técnicas, execução de alguns contratos, redução de instalação de CEJUSCs, entre outros, para a área de Tecnologia da Informação.

Importa ainda informar que o orçamentário, de forma geral, se mostrou em alguns casos, inexecutável por causa do prolongamento da pandemia somado ao limite fixado para a Despesa Primária Corrente (DPC). Em vista disso foram realizados ajustes dentro do orçamento no decorrer do exercício financeiro, repriorizando algumas atividades.

Os registros constantes da Meta Física, do PPD e da COFD comprovam que o objetivo foi parcialmente atingido, haja vista não ter sido alcançada a redução fixada para o tempo médio de tramitação de processos.

As diversas medidas tomadas, a exemplo da prorrogação das Turmas Recursais Temporárias, a implantação de projetos na 1ª e na 2ª Instância, com padronização de procedimentos, a virtualização de processos, bem como funcionalidades para melhor monitoramento da atuação de magistrados e servidores, a readequação da metodologia de trabalho para a continuidade das atividades, diante da pandemia da Covid-19, a fim de evitar prejuízos aos jurisdicionados, contribuíram para a superação da taxa de congestionamento estabelecida e também fomentou as conciliações e, ainda, incremento do parque tecnológico decorrente do remanejamento do orçamento não utilizado.

PROGRAMA 400

Gestão estratégica com pessoas

Programa Finalístico

Responsável: Claudenice Deijany Farias de Costa

Objetivo: Melhorar o grau de satisfação do colaborador com o ambiente de trabalho, visando os impactos que este bem-estar pode trazer aos resultados positivos da organização.

PROGRAMA	INDICADORES	Meta Física PPA (2023)	Meta Física (2021)	Resultado
400. Gestão estratégica com pessoas no Poder Judiciário	Índice de produtividade de magistrados	2198	2193	1724,7
400. Gestão estratégica com pessoas no Poder Judiciário	Índice de produtividade de servidores	125	123	103,6
400. Gestão estratégica com pessoas no Poder Judiciário	Índice de absenteísmo de magistrados	2,18	2,18	2,54
400. Gestão estratégica com pessoas no Poder Judiciário	Índice de absenteísmo de servidores	1,99	1,99	0,71

AÇÃO	PRODUTO	Meta Física PPA (2023)	Meta Física (2021)	Resultado
2237 - Valorização de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário - Bem Viver	Dias de licenças médicas reduzidas	41387	42228	9360
2237 - Valorização de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário - Bem Viver	Atendimentos realizados	134600	130985	17950
3239 - Implementação da Gestão Estratégica com Pessoas	Lacuna de competência reduzida	7	8	3,8
4071 - Capacitação permanente de magistrados da 1ª e 2ª instâncias	Magistrado de 1º Grau Capacitado	243	221	181
4071 - Capacitação permanente de magistrados da 1ª e 2ª instâncias	Magistrado de 2º Grau Capacitado	30	23	17
4071 - Capacitação permanente de magistrados da 1ª e 2ª instâncias	Cursos Credenciados pela ENFAM Realizados	32	22	8
4071 - Capacitação permanente de magistrados da 1ª e 2ª instâncias	Vagas disponibilizadas para capacitações	1440	1094	4492
4072 - Capacitação permanente de servidores da 1ª e 2ª instâncias	Servidor capacitado	100	80	80

PROGRAMA	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Empenhada	PPD	COFD
400. Gestão estratégica com pessoas no Poder Judiciário	10.656.558,00	8.106.558,00	6.237.812,78	59%	77%
AÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Empenhada	PPD	COFD
2237 - Valorização de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário - Bem Viver	6.207.710,00	4.507.710,00	3.957.397,51	64%	88%
3239 - Implementação da Gestão Estratégica com Pessoas	855.000,00	405.000,00	82.028,58	10%	20%
4071 - Capacitação permanente de magistrados da 1ª e 2ª instâncias	1.550.000,00	1.550.000,00	851.999,20	55%	55%
4072 - Capacitação permanente de servidores da 1ª e 2ª instâncias	2.043.848,00	1.643.848,00	1.346.387,42	66%	82%

PPD – Programa 400 – Gestão estratégica com pessoas

59%



COFD – Programa 400 – Gestão estratégica com pessoas

77%



ANÁLISE DA META FÍSICA

Importante destacar que o Poder Judiciário Mato-grossense sempre buscou oferecer os meios necessários para assegurar a saúde física e mental de magistrados e servidores, proporcionando avaliação ergonômica, atendimento odontológico, campanhas educativas, acompanhamento psicossocial, este, com grande demanda decorrente da pandemia da COVID-19.

A redução das atividades presenciais também refletiu para o não alcance da meta. No que tange ao absenteísmo dos magistrados, apesar de bom, em razão de o resultado ter sido próximo do planejado, ficou abaixo da meta, pois os afastamentos atingiram 2,54, índice superior aos 2,18 fixados. Já os servidores tiveram uma redução significativa nos afastamentos, com um resultado de 0,71 no índice de absenteísmo.

A Coordenadoria de Recursos Humanos, com o intuito de melhorar a produtividade e reduzir o absenteísmo, realizou campanhas orientativas voltadas à saúde e bem-estar, com a intensificação dos atendimentos *on-line*, devido ao teletrabalho obrigatório imposto pela pandemia da COVID-19.

Outra ação planejada com o intuito de melhorar a produtividade foi a redução da lacuna de competência, cujo resultado de 2021 (3,8) foi mais satisfatório do que em 2020 (4,5); entretanto, a meta definida (8) se apresentou pouco desafiadora.

A ESMAGIS-MT também implementou medidas com o objetivo de melhorar a produtividade dos magistrados, desdobradas em capacitação de magistrados (1º e 2º grau), por cursos oferecidos pelo TJMT e cursos credenciados junto à Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM).

As capacitações promovidas pela ESMAGIS-MT tiveram bom desempenho no 1º Grau e regular no 2º Grau, onde a participação foi menor. O credenciamento de cursos junto a ENFAM no quantitativo planejado ficou prejudicado, em razão de algumas incompatibilidades com as exigências da Escola Nacional. O quantitativo de 1.094 vagas ofertadas pela ESMAGIS-MT para capacitação evoluiu para 4.492, especialmente devido a mudança do formato dos cursos de presencial para EAD.

A Escola de Servidores teve um ótimo desempenho no seu planejamento, com 100% de realização das capacitações, presenciais e por videoconferência, que contaram com 8.240 participações.

ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA

A apuração deficiente (59%) do PPD no Poder Judiciário foi motivada por mudanças necessárias do planejamento para a adequação da continuidade das atividades diante das imposições decorrentes da pandemia da COVID-19.

A não utilização da totalidade dos recursos alocados é decorrente dessas adequações do planejamento, pois a **redução** das capacitações e atendimentos na **forma presencial** refletiram na suspensão de contratações previstas pela Coordenadoria de Recursos Humanos, pela ESMAGIS-MT e pela Escola de Servidores, a exemplo daquelas voltadas a consultorias para atuar na melhoria da lacuna de competência de servidores, cursos, visando a qualificação de magistrados e servidores, campanhas relacionadas à qualidade de vida, como a Corrida do Judiciário e a Caravana da Saúde.

A baixa execução de alguns contratos, como o de passagens, além dos valores destinados ao pagamento de diárias são outros fatores que refletiram no resultado deficiente.

Consoante já mencionado, a pandemia da COVID-19 impôs ajustes na forma de trabalho e, conseqüentemente, na execução dos recursos alocados no planejamento, especialmente a suspensão de aquisições previstas, em razão da **redução** das capacitações e atendimentos na **forma presencial**, destacando-se que, em contratos firmados para cumprimento na modalidade virtual, normalmente os custos são mais baixos.

Alguns contratos já firmados tiveram uma execução inferior ao planejado, a exemplo daqueles que tratam da aquisição de passagens aéreas e terrestres.

O pagamento de diárias sofreu grande redução, haja vista a redução dos deslocamentos, pois os cursos, palestras, encontros, entre outros, foram realizados de forma virtual.

O resultado regular no COFD se deu por esse cenário vivenciado em 2021.

Importa ainda informar que o orçamentário, de forma geral, se mostrou em alguns casos, inexecutável por causa do prolongamento da pandemia somado ao limite fixado para a Despesa Primária Corrente (DPC). Em vista disso foram realizados ajustes dentro do orçamento no decorrer do exercício financeiro, repriorizando algumas atividades.

PROGRAMA 401 **Governança e Gestão para Resultados**

Programa Finalístico

Responsável: Claudenice Deijany Farias de Costa

Objetivo: Fortalecer o processo de tomada de decisões estratégicas no PJMT, a fim de garantir a eficiência operacional, a transparência institucional, o fortalecimento da autonomia administrativa e financeira deste Poder, implantando a cultura de Inovação e a adoção das melhores práticas de comunicação da estratégia, da informação, dos processos de trabalho e dos projetos com foco no alcance dos resultados.

PROGRAMA	INDICADORES	Meta Física PPA (2023)	Meta Física (2021)	Resultado
401. Governança e Gestão para Resultados no Poder Judiciário	Índice de Satisfação do Cliente	90	84	vão apurados
AÇÃO	PRODUTO	Meta Física PPA (2023)	Meta Física (2021)	Resultado
3240 - Transformação e melhoria dos processos de trabalho	Processos de trabalho transformados	50%	27%	11,11%
3240 - Transformação e melhoria dos processos de trabalho	Eficiência nos processos de trabalho transformados	95%	88%	0%
3241 - Transformação da Governança do Judiciário do Estado de Mato Grosso	Ações de Inovações implementadas	50%	30%	36,66%
3241 - Transformação da Governança do Judiciário do Estado de Mato Grosso	Execução da Estratégia alcançada	50%	30%	70,11%
3242 - Reestruturação da Arquitetura Organizacional	Nova estrutura organizacional implantada	30%	10%	0%

PROGRAMA	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Empenhada	PPD	COFD
401. Governança e Gestão para Resultados no Poder Judiciário	608.000,00	46.000,00	46.000,00	8%	100%
AÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Empenhada	PPD	COFD
3240 - Transformação e melhoria dos processos de trabalho	108.000,00	0,00	0,00	0%	0%
3241 - Transformação da Governança do Judiciário do Estado de Mato Grosso	380.000,00	46.000,00	46.000,00	12%	100%
3242 - Reestruturação da Arquitetura Organizacional	120.000,00	0,00	0,00	0%	0%

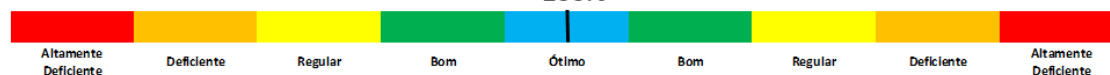
PPD – Programa 401 – Governança e Gestão para Resultados

8%



COFD – Programa 401 – Governança e Gestão para Resultados

100%



ANÁLISE DA META FÍSICA

A satisfação dos clientes internos (magistrados, servidores e colaboradores) e externos (Ministério Público, Defensoria Pública, Advogados, jurisdicionados e sociedade em geral) do Poder Judiciário de Mato Grosso (PJMT) foi planejada para ser aferida por meio da aplicação de uma pesquisa, porém, devido a suspensão das atividades presenciais em 2021, com a implantação do teletrabalho obrigatório, como medida preventiva contra a COVID-19, deliberou-se por não aplicar a pesquisa de satisfação.

Por tratar-se de uma informação muito importante para subsidiar as deliberações do PJMT esse indicador consta do Planejamento Estratégico 2021-2026, vinculado ao Objetivo Estratégico: *Garantir a celeridade do atendimento, assegurando a confiabilidade e satisfação dos serviços prestados*, conforme se verifica seguir:

Para o atingimento dessa meta foram estabelecidas outras, também voltadas à satisfação dos clientes internos e externos, como Processos de trabalhos transformados; Eficiência nos processos de trabalho transformados; Ações de Inovações implementadas; Execução da Estratégia alcançada e Nova estrutura organizacional implantada.

A meta relativa à transformação dos processos de trabalho visava todos os macroprocessos, processos e subprocessos da Cadeia de Valor, mas, diante das adequações exigidas pela pandemia da COVID-19, pelo término do Planejamento Estratégico 2015-2020, elaboração do Planejamento Estratégico 2021-2026, e ainda, do Plano de Gestão do biênio 2021-2022, houve a revisão da cadeia de valores e redefinição

das prioridades, com o estabelecimento apenas de macroprocessos institucionais, de caráter finalístico e de suporte.

Com a revisão da cadeia de valores foram definidos três processos de trabalho da área finalística para concretização, responsáveis pelo atingimento de 11,11% da meta. Como essas ações foram desenvolvidas já no segundo semestre de 2021, não houve tempo hábil para aferição do indicador Eficiência nos processos de trabalho transformados.

Para o indicador das ações de inovações implementadas, foram consideradas os projetos Implantação de nova metodologia de gestão de projetos e processos com abordagem ágeis, Implantação da Gestão Inteligente de Pauta de audiências de conciliação, Implantação de 2 Núcleos de Justiça 4.0, Implantação do Projeto Juízo 100% Digital em 98 unidades, Ouvidoria da Mulher, Aplicativo SOS Mulher, Registro de Ponto Digital, atualizado e adaptado à nova realidade de trabalho, Portal de Gestão Estratégica, Justiça Multiportas, Implantação de Laboratório de Inovação-LIODS, Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas – NUGEPNAC, os quais contribuíram para o aprimoramento do PJMT.

No tocante à Execução da Estratégia alcançada, em atenção a resoluções e portarias do Conselho Nacional de Justiça, que definiram diretrizes para a elaboração do planejamento estratégico por cada tribunal, assim como para a Gestão da Governança, que foi um dos eixos do Prêmio CNJ de Qualidade, o PJMT, em razão das adaptações realizadas na forma de trabalho, motivadas pela pandemia da COVID-19 e das ações para atendimento das normativas desse Órgão de Controle, alcançou o Selo Ouro na premiação do CNJ, sendo o quarto melhor entre os tribunais estaduais, destacando-se como primeiro no Eixo Governança.

Por último, a questão da Nova estrutura organizacional implantada, apesar de trata-se de meta inserida no Planejamento Estratégico 2021-2026, considerando a finalização deste em meados de 2021, não houve nenhuma evolução, haja vista a sua complexidade, inclusive pela correlação com várias outras normativas do CNJ, a exemplo daquelas relacionadas ao teletrabalho, a Justiça 4.0, a alocação de servidores, cargos em comissão e função de confiança dentre outras.

ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA

A apuração altamente deficiente da PPD no PJMT foi motivada pela continuidade pandemia da COVID-19, que implicou na não efetivação de contratações, pelo limite fixado para a Despesa Primária Corrente – DPC, pelo remanejamento de valores para ações distintas daquelas inicialmente planejadas, cuja finalidade foi atender novas prioridades estabelecidas pela Administração.

A COFD apurada como ótima foi em razão do remanejamento do orçamento planejado para atender novas prioridades definidas pela Administração, em especial as demandas relativas à tecnologia da informação, visando o aprimoramento da prestação jurisdicional. Importa ainda informar que o orçamentário, de forma geral, se mostrou em alguns casos, inexecutável por causa do prolongamento da pandemia somado ao limite fixado para a Despesa Primária Corrente (DPC). Em vista disso foram realizados ajustes dentro do orçamento no decorrer do exercício financeiro, repriorizando algumas atividades.

PROGRAMA 529

Aprimoramento do suporte e da gestão organizacional

Programa Finalístico

Responsável: Claudenice Deijany Farias de Costa

Objetivo: Assegurar a satisfação do jurisdicionado e a confiabilidade da sociedade em relação ao Poder Judiciário de Mato Grosso.

PROGRAMA	INDICADORES	Meta Física PPA (2023)	Meta Física (2021)	Resultado
529 - Aprimoramento do suporte e da gestão organizacional no Poder Judiciário	Índice de inovações tecnológicas	100%	100%	100%
529 - Aprimoramento do suporte e da gestão organizacional no Poder Judiciário	Índice de edificações e reestruturações	100%	100%	142%

AÇÃO	PRODUTO	Meta Física PPA (2023)	Meta Física (2021)	Resultado
1506 - Ampliação das ações de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário	Metas do CNJ cumpridas	1	2	2
3233 - Inovação Tecnológica no Poder Judiciário	Inovações na Área Judiciária disponibilizadas	2	1	1
3233 - Inovação Tecnológica no Poder Judiciário	Inovações na Área Administrativa disponibilizadas	45	45	23
3237 - Melhoria nas edificações no Poder Judiciário	Metro quadrado construído	13.600	13.200	18.793,54

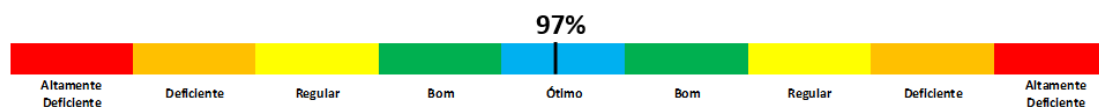
PROGRAMA	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Empenhada	PPD	COFD
529 - Aprimoramento do suporte e da gestão organizacional no Poder Judiciário	16.261.000,00	31.408.000,00	30.313.539,57	186%	97%

AÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Empenhada	PPD	COFD
1506 - Ampliação das ações de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário	205.000,00	205.000,00	9.000,00	4%	4%
3233 - Inovação Tecnológica no Poder Judiciário	9.900.000,00	8.900.000,00	8.423.809,00	85%	95%
3237 - Melhoria nas edificações no Poder Judiciário	6.156.000,00	22.303.000,00	21.880.730,57	355%	98%

PPD – Programa 401 – Governança e Gestão para Resultados



COFD – Programa 401 – Governança e Gestão para Resultados



ANÁLISE DA META FÍSICA

O resultado ótimo para as inovações tecnológicas foi pelo atingimento de 100% da meta. Já as edificações e reestruturações apresentaram resultado (142%) bem superior à meta planejada (100%), sendo essa superação decorrente da utilização de *superavit* financeiro. Para alcançar a meta Aprimoramento do suporte e da gestão organizacional, foram estabelecidas outras, como a de Ampliação das ações de sustentabilidade, de Inovação Tecnológica e Melhoria nas edificações.

A Ampliação das ações de Sustentabilidade procurou intensificar as atividades relacionadas às metas estabelecidas pelo Conselho Nacional, bem como na busca de melhor eficiência das despesas, por meio do monitoramento.

A atualização do sistema PJe, a digitalização total dos processos na 2ª Instância e a Implantação do *sistema* controle de frequência georeferenciado possibilitaram o atingimento de 100% da meta estabelecida.

As edificações e reestruturações superaram a meta, com os recursos do *superavit* financeiro.

ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA

O desempenho apurado foi motivado pela aplicação de valores oriundos de *superavit* financeiro. O desempenho na execução teve razões diferenciadas em cada ação. Na Ampliação das ações de sustentabilidade, a não utilização da totalidade dos recursos ocorreu pela não utilização de diárias e passagens, diante da suspensão dos cursos presenciais, e ainda, pela não contratação de consultoria para implantação de gestão de resíduos sólidos.

Já a Inovação tecnológica, a questão foi pela baixa execução de contratos referentes à terceirização de profissionais de TI, principalmente desenvolvedores, em razão da elevada demanda desses profissionais no período da pandemia e também pela transição ocorrida em alguns formatos de contratação, o que ensejou o remanejamento de recursos para ação orçamentária distinta da inicialmente planejada.

Por último, as edificações e reestruturações, contaram com atrasos na execução de algumas obras pelas empresas contratadas e na expedição de documentos autorizativos pelas prefeituras. Contudo, os produtos do programa orçamentário puderam ser entregues dentro do exercício e com a qualidade desejada preservando a execução em nível ótimo. Importa ainda informar que o orçamentário, de forma geral, se mostrou em alguns casos, inexecutável por causa do prolongamento da pandemia somado ao limite fixado para a Despesa Primária Corrente (DPC). Em vista disso foram realizados ajustes dentro do orçamento no decorrer do exercício financeiro, repriorizando algumas atividades.